

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Fernanda Dias Silva Alves

**DESOBEDIÊNCIA E DEVER: UM DIÁLOGO ENTRE PLATÃO E THOREAU**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Dr. Humberto Araújo Quaglio de Souza

Juiz de Fora  
2019

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **FERNANDA DIAS SILVA ALVES**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201674002A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **DESOBEDIÊNCIA E DEVER: UM DIÁLOGO ENTRE PLATÃO E THOREAU** desenvolvido durante o período de 06/08/2019 a 06/12/2019 sob a orientação de HUBERTO ARAÚJO QUAGLIO DE SOUZA, ora entregue à UNMERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**FERNANDA DIAS SILVA ALVES**

**Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e assinada pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

# DESOBEDIÊNCIA E DEVER: UM DIÁLOGO ENTRE PLATÃO E THOREAU

Fernanda Dias Silva Alves

## RESUMO

Um artigo filosófico sobre Ética, com o objetivo de fazer uma comparação entre a perspectiva deontológica de Platão definida em seu diálogo Criton e a perspectiva aparentemente antiética de Thoreau no livro Desobediência Civil, passando por ideologias e convicções deles, que mesmo em tempos diferentes são importantes para o entendimento do tema, refletindo sobre as implicações dessas visões na contemporaneidade da nossa sociedade. O presente trabalho traz sugestões de ideais para que o leitor entenda melhor visões que podem acrescentar em sua percepção sobre o assunto que se faz necessário e perdura por toda a história da vida humana, que sofreu modificações de acordo com a mudança de épocas, trazendo conhecimento e curiosidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ética. Visões. Moral. Sociedade.

## 1. INTRODUÇÃO

Os valores morais, o caráter; o que motiva cada indivíduo a agir de um determinado jeito? O bem e o mal, de fato, existem? O eixo da conduta humana deveria se basear na ética?

Para um bom funcionamento social que são atribuídos os conceitos básicos de ética, palavra de origem grega, que dentro de suas condutas e justiça desde sempre se fez presente, um assunto que gera discussões e continua atual, pois se reinventa e ganha novas atribuições. Por isso creio que no âmbito filosófico a reflexão acerca das visões desses filósofos pode acrescentar em nossa contemporaneidade. Ainda hoje existem leis que sofrem modificações com o passar do tempo; leis quais a sociedade julga inquebráveis; leis que são ignoradas; entre outras, mas além de tudo, a forma em que cada geração se enxerga nelas.

A Ética é tida há muito tempo como uma forma de proteção na vida humana, é considerado seu dever conter o caos influenciando com julgamentos ou punições o tratamento e respeito de um ser humano com o outro e como se posicionam na vida em sociedade.

Diante desse fenômeno de grande importância dentro da vida humana, abordaremos alguns dos grandes nomes que analisaram esse tema, quais têm boas colocações sobre. Num primeiro momento entendendo Platão, suas convicções e o porquê são tidos como exemplo de bem e valores, e logo após passaremos por Thoreau e seu anarquismo consolidado, visto como incorreto.

As problemáticas deste conteúdo são inúmeras, de modo que neste desenvolvimento apresentaremos fatos para que o leitor tire suas próprias conclusões e se interesse por assuntos que a reflexão nos fez abrir.

Conceitos de justiça, ideais, desejo de transformações no funcionamento da sociedade, análise de diálogos e mais para compreender as visões.

Uma palavra muito citada, mas que nem sempre é bem definida por muitos, um conceito que merece atenção, que nos remete a responsabilidade, normas e liberdade. Até que ponto vai a obediência, do que a ação é capaz e de seus questionamentos, a coerência em torno de cada aplicação.

## 2. ÉTICA E SENSO COMUM

A maneira de pensar da massa é chamada de Senso Comum na filosofia e na maioria dos assuntos onde se podem ter diversas opiniões ele está presente e é de grande importância, na Ética não seria diferente; por ser um grande problema filosófico e gerar visões distintas diante a experiências. O homem ao refletir sobre o certo e o errado

claramente terá análises e posicionamento diferentes pois é levado em consideração sua vida, classe, índole, conhecimento, racionalidade ao enxergar o outro, e até especulação. Com seu recurso de ser usado em pesquisas para qualificar um certo padrão da sociedade (que está sendo considerada perdida, violenta e sem valor) nos traz algumas conclusões sobre nosso tema. Abaixo colocarei uma definição do termo que é rodeado por opiniões não conclusivas, qual julgo coerente e de fácil entendimento, que dá ao homem a oportunidade de raciocinar acertos pois vêm de noções admitidas. Uma forma de promover essa maneira de pensar através das relações.

“SENSO COMUM (gr. Koivr) αἰσθητικῆς; lat. Seius communis; in. Common sense; fr. Sens coinmuri; ai. Gemeinsinn; it. Senso comune). 1. Aristóteles designou com esta expressão a capacidade geral de sentir, à qual atribuiu duas funções: 1- constituir a consciência da sensação, que é o "sentir o sentir", porquanto tal consciência não pode pertencer a um órgão especial do sentido, como, p. ex., à visão ou ao tato (De somno, 2, 455 a 13); 2- perceber as determinações sensíveis comuns a vários sentidos, como o movimento, o repouso, o aspecto, o tamanho, o número e a unidade (De an., III, I, 425 a 14). Essa noção foi admitida também pelos estóicos, que atribuíam ao S. comum as mesmas funções (J. STOBHO, I, 50). Retomada por Avicena (Dean., III, 30), passou para a escolástica medieval (cf. S. TOMÁS, S. Th., I, q. 78, a 4) e mais tarde também foi comumente aceita por todos os aristotélicos e pelos escritores que se inspiraram de algum modo na psicologia aristotélica. 2. Nos escritores clássicos latinos, essa expressão tem o significado de costume, gosto, modo comum de viver ou de falar. Neste sentido, Cícero adverte que no orador é falta grave "abominar o gênero vulgar do discurso e o costume do S. comum" (De or., I, 3, 12; cf. 2, 16, 68), e Sêneca afirma que "a filosofia visa a desenvolver o S. comum" (H'p., 5, 4; cf. 105, 3). Viço expressava numa fórmula lapidar o pensamento tradicional dos autores latinos ao afirmar: "O S. comum é um juízo sem reflexão, comumente sentido por toda uma ordem, todo um povo, toda uma nação, ou por todo o gênero humano" (Ciência nova, 1744, Dignidade 12), e ao atribuir ao S. comum a função de confirmar e determinar "o arbítrio humano, incertíssimo por sua própria natureza, (...) no que diz respeito às necessidades ou utilidades humanas" (Ibid., Dignidade 11). Essa expressão teve o mesmo significado na Escola Escocesa. Km Investigação sobre o espírito humano segundo os princípios do senso comum (1764). T. Reid usa essa expressão para designar as crenças tradicionais do gênero humano, aquilo em que todos os homens acreditam ou devem acreditar. Para essa escola, o S. comum é o critério último de juízo e o princípio que dirime todas as dúvidas filosóficas. Hoje, essa expressão costuma ter significado análogo, embora sem a conotação elogiosa atribuída pelos filósofos escoceses. Dewey, p. ex., ressalta o caráter prático do S. comum: "Visto que os problemas e as indagações em torno do S. comum dizem respeito às interações entre os seres vivos e o ambiente, com o fim de realizar objetos de uso e de fruição, os símbolos empregados são determinados pela cultura corrente de um grupo social. Eles formam um sistema, mas trata-se de um sistema de caráter mais prático que intelectual. Esse sistema é constituído por tradições, profissões, técnicas, interesses e instituições estabelecidas no grupo. As significações que o compõem são efeito\*, da linguagem cotidiana comum, com a qual os membros do grupo se intercomunicam" (Logic, VI, 6; trad. it., p. 170). 3. Na doutrina de Kant o S. comum é o princípio do gosto, da faculdade de formar juízos sobre os objetos do sentimento em geral. "Tal princípio só poderia ser considerado S. comum, que é essencialmente diferente da inteligência comum, que às vezes também é chamada de S. comum (sensus communis), pois esta não julga conforme o sentimento, mas conforme conceitos, embora se trate em geral de conceitos obscuramente representados" (Crit. do Juízo, § 20). A inteligência comum (Gemeine Verstand) neste trecho é o S. comum dos escritores latinos e da escola escocesa, que Kant considera inútil em filosofia (Prol., A 197); essa também é a opinião de Hegel e de outros." (cf. R. CAXTO.M, Trágico e senso comune, pp. 3<sup>a</sup> ss.)

### 3. DIALÉTICA EM PLATÃO – A REPÚBLICA

Na República que se têm diálogos políticos e é onde aparece a cidade ideal Platônica, expondo suas utopia e projeto político. A política abraça uma série de questões expostas nela e também faz com que os dez livros tenham

todo esse prestígio por abordar uma gama de temas que se misturam. Sócrates é o personagem principal e tudo é exibido como uma narrativa indireta. Começam questionando se a justiça é um resumo de todas as virtudes e assim se dá o início de toda a discussão da República sobre a ideia de justiça. Eles encontram dificuldade ao tentarem definir este conceito e o desenvolvimento se dá perante a discussões das visões diferentes dos personagens. Diante a várias decisões sobre o que é e de vários debates que agregam, no livro quatro se tem a definição que a justiça é a harmonia entre as partes da cidade, cada qual a sua função.

Para entender os princípios que regem a moral da sociedade é indispensável conhecer a ética de Platão, um dos primeiros a abordar esse termo; e sendo um filósofo de grande importância, suas ideias são de grande relevância em vários estudos, sempre se mantendo atuais.

A República de Platão, seu segundo diálogo mais extenso, onde ele idealiza seu projeto político e traz vários temas que nos interessam para dar início ao nosso raciocínio, nos mostra conversas sobre bens e males da vida e trazem questionamentos quanto a valores e conceito de moral ao pensarem sobre uma vida feliz, em balanço a isso chegam ao dinheiro e justiça, já préa definida acima.

Nela, Platão fala sobre a Dialética, que é um termo derivado de “diálogo”, não possui sentido unívoco ao longo da história da filosofia, segundo o historiador da filosofia, Nicola Abbagnano (ABBAGNANO, 2007, p. 269). Ainda segundo Bomheim, a dialética está intimamente relacionada com o desenvolvimento da metafísica ocidental e, possui dois aspectos: o epistemológico e o ontológico (cf. BORNHEIM, 1983). Todavia, nosso texto neste momento tem por objetivo demonstrar como o conceito aparece especificamente em Platão, nos capítulos seis e sete do livro A República, relacionando-o com os três símiles que o autor apresenta ao longo desses capítulos.

De forma genérica, poderíamos até tomar a dialética como a arte que tem por objetivo o confronto e a refutação de ideias entre dois oponentes por meio de um diálogo. Não é o caso de trata-la desta forma, mas tomá-la propriamente em seu aspecto dois aspectos apontados acima. Sendo assim, a dialética, para nosso autor, consiste no método que fundamenta a investigação ou a busca pelo conhecimento que, aqui, é a busca pelas ideias. Platão, partindo desta constatação, fundamenta uma ontologia, onde a própria realidade é dialética (não a realidade do mundo sensível, como vai ser em Hegel, mas a realidade inteligível que a alma toma parte). Outro objetivo do método é fazer com que consigamos realizar os movimentos ascendente, que congrega o múltiplo no uno, e o descendente, que desdobra o conceito em suas partes. Ambas as faces desses movimentos são em relação ao Gênero. Vale ressaltar que o diálogo não deixa de existir e ser algo importante nesse processo. Ou seja, unindo a interrogação socrática, que revela a contradição, com a refutação (processo conhecido por elenchos), Platão une no diálogo locutor e interlocutor, de modo que caminhem em uma mesma direção e cheguem a um lugar comum na argumentação (dando luz à ideia presente no interior de cada, a dita maiêutica).

Embora a dialética esteja envolvida com a temática da participação, ou, em outros termos, da problemática do Ser – que pode ser tomado como um terceiro termo contido em uma Relação (como ele apresenta no debate entre a concepção de Heráclito e de Parmênides contida no Sofista) –, não conseguiremos dar conta deste tema analisando apenas os dois capítulos mencionados. Então, atendo-se propriamente as alegorias apresentadas por Platão nesses capítulos, vejamos o quanto chegaremos perto de explicitar o conceito de dialética do autor.

Temos que ter em mente o pano de fundo que norteia o debate no livro em questão, que está intimamente ligado à política. Todas as três metáforas têm como implicação uma pedagogia, uma educação que assume postura filosófica, essencial a todo governante. A analogia feita entre o Sol e o Bem caminha nesse sentido. O Sol é o elemento que possibilita o olho de enxergar aquilo que é escuro ou mesmo invisível. Esse mesmo processo sucede à alma, defenderá Sócrates. Quando ela fixa sua intenção em um objeto de saber, pautada por aquilo que é verdadeiro, por aquilo que é Bom de fato, ela tende a julgar o assunto de forma adequada. Apesar de apresentarmos um contorno simples em relação ao assunto, há de se destacar que ele toma esse acabamento pelo fato de que o Bem, para Platão, ser algo inexprimível. De alguma forma, o Bem é aquilo que está acima do Ser. A alegoria do Sol serve de ilustração para demonstrar que o rei da cidade necessita dessa instrução filosófica a respeito do assunto.

O símile da linha nos apresenta a forma como o conhecimento se estrutura. Sócrates toma uma linha e divide-a duas vezes em formas desiguais. A totalidade dessa linha é a totalidade do conhecimento; a primeira divisão estabelece a distinção entre plano sensível, inautêntico porque está em constante mudança, e o inteligível, onde reside o ser autêntico. No primeiro plano aparece, oriundo de outra divisão feita por Sócrates, o conhecimento imagético (Eikasia). Em um segundo momento nessa segunda divisão, temos o conhecimento advindo da crença, da doxa: o reino da Pistis, que é objetivação e gerada por meio das sensações. Retomando a primeira divisão, tem-se o plano

inteligível, onde aparece a Dianoia, que é o conhecimento discursivo-demonstrativo, como a matemática ou a geometria. Por último a Noésis, ou seja, o conhecimento daquilo que fundamenta tudo: as ideias. Estes níveis adquirem um sentido hierárquico, onde o conhecimento das imagens ocupa a posição inferior, seguido da Pistis e da Dianoia até ao conhecimento das ideias (Noésis), que é o objetivo a ser alcançado nessa escala.

Por fim a alegoria da caverna, que é uma das mais conhecidas entre as todas estas. Nela Sócrates narra a trajetória de um homem acorrentado juntamente com outros em uma caverna, cujo acesso as coisas do mundo real se dão somente pela sombra que uma fogueira contida no exterior da caverna projeta na parede dela. De alguma forma ele consegue se libertar e dolorosamente fazer o percurso até o exterior da caverna, estabelecendo contato com o Sol e com as coisas tal como elas são no plano exterior à caverna. As especulações possíveis entorno dessa e das demais alegorias são inúmeras. Caminhando para o fim, vamos ver como essas metáforas contidas na República e descritas parcialmente por nós servem para explicitar alguns aspectos dialética platônica.

Recapitulando, a dialética é o método pelo qual conseguimos ter acesso as coisas para além daquilo que elas se apresentam a nós no mundo sensível. Ou seja, através dela, temos acesso a esse plano localizado na exterioridade da caverna; esse plano real, que é o plano inteligível: o reino da Noésis. O plano inteligível é real porque contém as formas que são eternas e idênticas a si mesmas. O símile da linha explica em parte essa afirmação apresentada. Enquanto que a alegoria da caverna diz respeito a esse caminho que deve ser seguido para atingirmos tal fim. Ora se a dialética é um método, ela é o caminho de ascensão percorrido pelo homem que se encontrava acorrentado no fundo da caverna, preso ao conhecimento imagético, até o plano supremo. E ela torna possível também o caminho oposto, ou seja, o retorno desse momento de ascensão para o caminho descendente, que se concretiza com o retorno do prisioneiro liberto e que teve contato com a luz à caverna, novamente, para libertar os demais.

### 3.1. DEONTOLOGIA

Deontologia é um termo que surge das palavras gregas “déon, déontos” que significa dever, no sentido de tratado, um conjunto de deveres. Está ligada a Filosofia Moral e por isso se encaixa na Ética, principalmente a Normativa (mesmo não tendo definidas todas aqui). Nele, a ação é mais importante do que a consequência e por isso Platão é tido por nós nessa perspectiva; ao seguir a lei e não pensar somente em si confiando no que era dito correto naquele momento, sendo assim virtuoso.

Immanuel Kant, renomado filósofo, foi o principal colaborador para a definição desse termo e suas características; o dividindo em dois conceitos: razão e liberdade. “Para Kant, agir por dever é a maneira de dar à ação o seu valor moral, e sendo assim, a perfeição só pode ser atingida por livre vontade. O imperativo categórico no domínio da moralidade é a forma racional de “dever-se”, determinando a vontade submetida à obrigação.”

Ou seja, ele defendia que para seguir a moral agindo de forma correta, seria por obrigação, motivação boa seja qual fosse a consequência que poderia ser sofrida. Mas lembremos que as ações erradas não dependem somente de consequências ruins, qualquer ação que não seja contrária aos deveres impostos, é considerada.

### 3.2. CRÍTON EM PLATÃO

Platão em seu diálogo nomeado de Críton, onde tivemos a certeza da sua opinião para formularmos esse tema, demonstra mais profundamente sua perspectiva deontológica. No diálogo, Sócrates se encontra condenado à espera da decretada morte e Críton aparece para ele com uma solução para se livrar daquela situação, que no caso, seria uma fuga.

O condenado não considera a proposta de Críton, pois viver conforme a justiça e com sua honra para ele é o essencial para viver bem; diz que ao tomar essa decisão estaria retribuindo a injustiça de estar ali com mais injustiça. Nem sequer aceita a possibilidade de deixar as opiniões dos outros, mesmo de seus inimigos, o influenciar. Ir contra o Estado que lhe garantiu tantos direitos e proteção seria uma forma de destruição e cometer uma injustiça voluntariamente em qualquer das hipóteses seria algo inadmissível. Portanto, “procedamos daquela forma, porque tal é o caminho por onde a divindade nos guia” era sua maneira de pensar.

## 4. O QUE É ANTIÉTICO?

Como vimos, para viver em sociedade e ter um bom convívio, exige-se do homem que cumpra algumas normas, regras e princípios que são estabelecidos por essa sociedade junto ao Estado. O homem que por alguma razão não obedece, está naturalmente violando essa conjectura social.

E o antiético é isso, quando se quebra esse estigma da ética que foi pressuposto como determinação, é quando se posterga regras de convivência social ou se tem um mal comportamento, principalmente quando se rompe valores considerados essenciais para as pessoas. Ao não respeitar a necessidade do todo para resguardar o seu. É quando foge do ideal, às normas da boa conduta, daquilo que é considerado socialmente correto.

Visto que o antiético é o que se opõe aos valores que regem um grupo, podemos concluir que ele de fato existe? Que esses valores regidos pelo Senso Comum é o ideal e correto? Que quem não o segue é de fato contrário ao bem?

#### **4.1. THOREAU**

Thoreau é visto como antiético pelo fato de questionar as ordens e as pessoas que as pregam, sua insubmissão é motivo para ser considerado rebelde; mas para sermos “justos”, não deveríamos levar em consideração suas teorias para aí sim, então, poder dizermos se ele realmente é ou não antiético?

O homem é capaz de realizar inúmeros julgamentos e fazer avaliações para tomar suas decisões, e para ele, as leis criadas pelos homens para julgar moralidade nunca os fizeram sequer mais justos, ainda mais para tal dever. Considera o fato da maioria escolher a regra que permanecerá uma injustiça pois isso priva o ser humano de sua consciência na tomada de decisões; o que vai contra seu pensamento de que devemos ser homem antes de ser súditos.

Segundo certos preceitos morais socialmente válidos, o homem deve ser honesto e bom, mas para Thoreau não basta somente seguir as regras e fingir que se importa, até porque, como nossa maior questão, essas são mesmo as regras corretas? Com isso, retomo, é válido seguir a maioria e passar por cima de sua consciência? Visto que a escravidão e a guerra ocorrem, pois, a maioria ainda deixa e eu, mesmo não concordando, sabendo que é errado não me movo, estou sendo justo?

Encontram-se vários instrumentos para a moral ser aplicada em uma sociedade, dentre elas, a votação. Outra forma de se “brincar” com o que é certo, segundo Thoreau porque mesmo sendo o jeito mais democrático de tentar pregar o correto, para ele, “...um homem sábio não deixará o que é certo nas mãos incertas do acaso e nem esperará que a sua vitória se dê através da força da maioria.”, pois o caráter e intenções dos eleitores não entram em questão e assim quando seu voto é de acordo com seu critério moral, você não tem a certeza que acontecerá o que considera certo.

As leis existem, quer você concorde ou não com elas, somos obrigados a cumpri-las ou sofreremos punições. Quando consideramos alguma injusta, geralmente, resistimos, tentamos convencer o restante (maioria/senso comum) da população que aquilo não é o correto e para Thoreau essa é uma ideia pior do que deixar a injustiça continuar acontecendo, pois o Estado faz tudo ficar pior, além de não considerar sua minoria, também não estimula a participação dos cidadãos nas criações dessas leis.

Thoreau tem severas críticas ao Estado, na verdade é contra e se recusa a prestar esclarecimentos, a segui-lo ou se quer se importar com tal e, portanto, não o cobra, como já falamos acima. O que devemos considerar uma problemática já que vive em um modelo de sociedade construída por esse Estado? Não carregando em si essas obrigações, considera que o mal está na própria constituição; e retomando ao exemplo dado anteriormente sobre a escravidão, diz que todos que se intitulam abolicionistas devem retirar seu apoio ao governo do Estado, “e não ficar esperando até que consigam formar a mais estreita das maiorias para só então alcançar o sofrido direito de vencer...” já que ele sendo defensor do povo ainda não havia acabado com tal. Justo? Acredita que quando alguém quiser realmente ser bom deve abdicar dos deveres com e para o Estado, como ele, para assim ter sua autenticidade e consciência.

#### **4.2. ANARQUISMO**

Entendido que seu pensamento é para um combate a autoridade, precisamos entender sobre anarquismo. Não existe apenas um anarquismo definitivo e aceitável para todos que acreditam e o pregam, eles (anarquistas) têm

em acordo comum um propósito final, mas para chegar nele as táticas são diferentes. Alguns seguem acreditando no uso da violência, desobediência e outros em organizações. Uma vez que desejam uma sociedade livre, dizem que as leis são formas de vigiar o homem, controla-lo; discordam de uma sociedade utópica socialista e odeiam a sociedade moderna, querem um equilíbrio. E como diz Carlos Túlio, “Quem fala em equilíbrio não pensa em caos.”? O que nos retoma ao questionamento do aparentemente comportamento antiético e sua definição.

Existem várias correntes distintas que formam o “movimento libertário”, os anarquismos, que é o conceito do indivíduo não precisar de representantes e acreditarem em um novo molde de sociedade; por isso nosso autor citado é considerado um. Ao desejar a liberdade e começarem sua revolução, eles (os anarquistas) foram a favor da violência e isso faz com que o relacionem com o que é considerado antiético, mas Thoreau não apoiava e pensava esse modo de vida junto ao caos causado e somente uma “anarquia etimologicamente” que “quer dizer sem governo, sem autoridade, sem superiores”, vinda da palavra anarchos. Junto a ele, outros pensadores também não eram a favor do caos e tentavam atrelar o termo a coisas boas.

Para Thoreau, um governo bom “é o que não governa em absoluto”, e concordamos com ele quando diz o Estado é corrupto, quando expõe que ele presta serviços aos ricos e os consideram bons enquanto “pequenos infratores” e pobres são extorquidos e sofrem, mas até onde não precisamos e devemos ficar contra ele? Mas Thoreau assim fez, um documento qual relatava não fazer parte de qualquer sociedade organizada e por alguns anos viveu sem preocupações diante dela, o considerava idiota por usar punições físicas e ser desonesto.

Então, declara uma guerra silenciosa ao Estado quando se recusa a seguir suas leis, mesmo reconhecendo que existem pessoas lá que realmente querem o bem pois “Eles tendem a esquecer que o mundo não é governado através de decisões e conveniências”. Por fim diz que um governo para ser realmente justo não deve ter direitos em cima das pessoas por obrigação, mas sim os que elas lhe concederem; questiona se a democracia seria realmente a melhor forma de construir um governo e garantir os direitos dos homens, que respeite o indivíduo e assim ser realmente justo.

## 5. ESTADO

O Estado é o centro das relações políticas, tão necessárias e faladas por nós, principalmente da sociedade contemporânea; ele é responsável por criar os meios de persuadir a sociedade e controla-la, as formas de repressão e a conduta considerada por ele correta para a convivência diária em união; sendo também responsável por manter a ordem e fazer ser colocado em prática todas as suas decisões por meio de punições repressivas.

No livro do Silvio Almeida, ele diz que “a política não se resume ao uso da força” e que “é fundamental que as instituições sociais, especialmente o Estado, sejam capazes de produzir narrativas que acentuem a unidade social, apesar de fraturas como a divisão de classe, o racismo e o sexismo.”, que “é parte da dimensão política e do exercício do poder a incessante apresentação de imaginário social de unificação ideológica, cuja criação e recriação será papel do Estado, das escolas e universidades e dos meios de comunicação e massa.” Mas sabemos que não é bem assim que tudo é feito e que o Estado que deveria ter e agir de acordo com o valor da moral age de maneira preconceituosa, do modo como a forma circunstancial, desfavorecendo as minorias, assim não sendo coerente com tudo que impõe.

Sabemos que para Weber, o conceito de Estado “se refere ao desenvolvimento da ação humana em uma determinada forma, ou melhor, da ação social.”. Um “organizador” das relações. Que se baseia da racionalidade para sua construção, necessita de uma economia e de uma divisão entre o privado e o público, além de uma burocracia para melhor funcionamento.

Com isso, chegou a comparar o Estado a uma empresa, onde cada um tem sua função e “lugar”, com “regras” do que podem fazer ou não devido a sua posição. E “um elemento fundamental para sua conservação: o monopólio legítimo do uso da coerção física, da violência em prol da manutenção da ordem.”. Algo preocupante.

O Estado obtinha todo o poder, e uma pessoa só poderia fazer o uso da força se ele permitisse; uma relação de dominação clara de acordo com a hierarquia, as vezes com os próprios submetidos autenticando o poder, convenhamos que de forma alienada. Justificando-se com o funcionalismo e com “Se não existissem instituições sociais que conhecessem o uso da violência, então o conceito de ‘Estado’ seria eliminado, e emergiria uma situação que poderia ser designada como anarquia, no sentido específico da palavra. Claro, a força certamente não é o único nem é o meio normal do Estado –ninguém está dizendo isso – mas a força é um meio específico do Estado. Hoje a relação entre o Estado e a violência é especialmente íntima.”



Na sociedade contemporânea, mesmo o Estado tendo consciência de sua importância para o combate a violência e aplicação da disciplina que foi dado a esfera pública através de uma consciência política, acreditando ser um recurso de defesa mas que acaba virando um pouco caótico e dando abertura a formas de policiamento privado (considerado superior ao público), ele dá abertura a dúvidas, trazendo assim maior diferença entre as hierarquias e segregando ainda mais os ricos dos pobres. Sempre gerando mais desigualdade. Como então está sendo implantada a tão almejada justiça?

A lei do que tem mais sempre vigora, independentemente da situação, com isso crescem os estereótipos e as revoltas quando a toda a precarização da prestação de serviço em defesa das minorias, que já era grande só com o Estado tendo esse papel.

Diante dessas transformações estruturais vemos que a sociedade, seja a parte rica ou pobre, não confia no Estado com suas leis, normas e principalmente para sua proteção em conter o caos.

O bem na política foi desabitado por Maquiavel, que acreditava que uma teoria de governo não podia ser confundida com uma teoria da justiça. E na ética, o bem foi desabitado por Nietzsche, quando anunciou a morte de Deus.

## 6. MODERNIDADE

A importância da análise da Ética para as transformações que o mundo sofre é fundamental, os valores éticos são norteadores do comportamento humano. Ela motiva, disciplina e orienta o homem e durante a história, se fez presente.

Ao analisarmos a Ética na contemporaneidade (o que faremos mais adiante) devemos entender melhor a modernidade. Nela contém o ceticismo em relação às crenças antigas e aos costumes.

“O termo modernidade se faz presente em diversas épocas, pois certamente todas já foram consideradas inovações para o seu tempo, entretanto, interligando a razão, o termo só foi empregado no século XVI, com as revoluções científicas de Galileu e evoluções da filosofia.” (NOSELLA, 2008)

É difícil sistematizar todas as doutrinas éticas que se expõem nesse período, mas notamos que ela segue uma tendência antropocêntrica e se mantém causando conflitos quanto a sua definição.

Frisar o óbvio quanto a não enxergarmos o mundo da mesma forma é necessário, as pessoas mudaram, suas relações e forma de ver o mundo também, mas desde sempre o indivíduo precisa viver em grupo para não ser considerado “desalmado”. Até a modernidade raiar fazendo o homem enxergar além e começam a ver a sociedade como uma associação livre, através do contrato social, e terem suas relações conduzidas pela razão e vontade.

Quando chega a esse ponto, é porque a modernidade já criticou a tradição e relações que eram impostas através de mitologias e afins; considerando-os artificiais, era necessário desassociar o homem da igreja, questionar a desigualdade e os privilégios da nobreza. Naturalizar era a base do discurso. Uma nova relação entre a natureza e a cultura surgira.

Com isso, chega à ideia da moral contratual, que não se cumpriu. De modo que apenas uma moral natural é objetiva e apropriada.

Portanto, a ética moderna tem a distribuição das principais virtudes atuantes em uma tradição, que é deixado aos moralistas de cada crença. Onde acontece de a educação moral migrar do antro filosófico e ir para a teologia. Mas continuava sendo papel dos filósofos definir a moralidade e essa busca acaba se entrelaçando da busca do direito natural, dos valores justos por natureza vindos do uso conveniente da razão.

Por conseguinte, os filósofos modernos da ética seguiam e deram continuidade a velha tradição platônica, de buscar a identificação do bem, mas depois de se ter uma definição e de modo que a moralidade é um instrumento de confirmação do bem comum, de acordo com o comportamento das pessoas e regras da sociedade, como um todo, não significa a volta da naturalização da subordinação do interesse individual ao coletivo.

## 7. COMPARAÇÃO

Em vista do que vimos, perceberemos que Platão assegura que a alma humana era separada em três partes. Sendo

um racional, onde nos traz conhecimento e gera interesse em buscar informação; a irascível que produz nossas emoções; e a última, a apetitiva que é a da busca pelo prazer. Defendia que uma pessoa só pode ser correta em suas decisões quando a índole e o coração falam mais alto. Sua relação com a ética tem o propósito de levar o homem a se reverter para o bem, para que amplie sua alma e o faça abrir mão dos prazeres e coisas materiais. Sendo o indivíduo ético aquele que é apto de governar a si mesmo, exercitando seu próprio controle ao não agir motivado pelas emoções e sim com a finalidade do certo independente das vontades. Seguir as leis é o que se deve fazer. Tem o Estado como o garantidor de sua vida, fazendo com que nosso papel seja segui-lo.

Enquanto Thoreau acredita que cada indivíduo deve determinar sua vida, apartado do que o Estado diz, mesmo que isso gere combate e discordância. O que parece o fazer ligado ao movimento anarquista mesmo que tenha desenvolvido seus projetos à parte.

Essa são as principais características quando se compara os dois, com suas perspectivas diferentes diante do seguimento de regras que mesmo em épocas diferentes seguem contemporâneas pois trazem seguidores e interessados nessas visões.

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS ANALISANDO ESSE FENÔMENO NA CONTEMPORANEIDADE**

Retomando alguns aspectos e termos da ética e moral que nos levam a pensar em maneiras de agir determinadas, sendo um o objeto de pesquisa do outro, que sofreram mudanças com a modernidade, o aparecimento de uma segmentação ética.

A ética e seus princípios são colocados em discussão, surge uma nova forma de abordá-los. Isso se dá devido ao excesso de informações e opiniões, também ao desenvolvimento tecnológico que por atingir grandes questionamentos, cada vez mais duros, gera um abismo nas respostas.

O sentido some? “O sentido que morre é o que foi fundado na era clássica, resgatado na renascença e fixado com cartesianismo iluminista.”

Portanto, a busca pelo sentido é a nosso alento, independentemente de respostas concretas, precisamos de um caminho coerente, que a utópica modernidade nos causou.

Antes o individualismo regia e a não aceitação de regras, seja lá de onde viesse e agora, seres conformados com as ordens éticas pressupostas ou seres insubmissos que questionam mais? A questão é que a humanidade está perdida e precisamos que ela seja entendida para ter um encaminhamento. Uma sapiência que o homem não tem fácil acesso, que o faz refém. O que uns julgam como ingenuidade, pois dele nasceu e não se pode desaprender algo, mas sim modifica-lo ou aprimora-lo; e outros como realidade, que acredito ser consequência de alguns fatores, como a colocação em que se encontra o seu ser social.

O fato é que toda a questão é voltada para o ser humano, as soluções, explicações ou causas da ética é fruto das exigências do modelo e época que vivem; a maneira de usa-la, para o bem ou o mal, são de sua responsabilidade. Percebemos que com o tempo o narcisismo e niilismo cresce e traz novas formas de enxergar o mundo e a sociedade; e o conhecimento e entendimento de como ela está funcionando é o necessário para o seguimento; a reflexão trará o caminho. As possibilidades são infinitas, mesmo tentando manter a honestidade, as conclusões são contrárias, os pontos de vista não são os mesmos. Não falo nem na questão diretamente ligada somente as leis, mas às regras de convivência, de boa índole, relacionado ao sentimento de justiça social. Atrelada a vida cotidiana. O que nos faz pensar se existe mesmo liberdade.

Na atualidade, a ética está envolvida em todas as áreas, é considerada essencial e traz prestígio e confiança quando é aplicada, considerada positiva. A moralidade é diretamente ligada a cidadania, ao comportamento humano, do que é justo ou injusto, a personalidade moral é construída com base na sociedade e na maneira que vivem as pessoas, o que pode parecer uma utopia acreditar nesse compromisso nessa corporação já que está tão sem prestígio e esperança, como já dito.

Concluimos que a ética se baseia em valores e julga que todos irão segui-la a partir de uma preocupação social e que os protestantes e isso podem ser considerados antiéticos com esses valores deturpados, devido a lógica de seguir esse padrão; que mesmo sendo de uma sociedade exploradora é afamado correto, mascarando a liberdade. E em meio a tudo isso, julgo necessário mais que reflexões, mas também consciência quanto a essa moral pregada e em até qual ponto ela vai; que as novas gerações tragam consigo sua vitalidade e real justiça.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

THOREAU, Henry David. **Desobediência Civil**. [S. l.: s. n.], 1849.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia** / Nicola Abbagnano; tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; Revisão da tradução e tradução de novos textos Ivone Castilho Benedetti. – 5ª Ed. - São Paulo; Martins Fontes, 2007.

BORNHEIM, Gerd. **Dialética: teoria, práxis**; Ensaio para uma crítica da fundamentação ontológica da dialética. Gerd Bornheim. Porto Alegre, Globo; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1983.

PLATÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2011.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?**. [S. l.]: Pólen livros, 2019. 256 p. ISBN 8598349747.

COSTA, Caio Túlio. **O que é o anarquismo**. 9. Ed. [S. l.]: Brasiliense, 1985. 121 p.

PLATÃO. **Diálogos III: Críton**. 2. Ed. [S. l.]: Edipro, 2019, 280 p. ISBN 8572839232.

RUSS, Jacqueline. **Pensamento Ético Contemporâneo**. 1. Ed. [S. l.]: PAULUS Editora, 1999. 184 p. ISBN 9788534915090.